II - elaboração das especificações técnicas e assessoramento nos procedimentos licitatórios para aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação;

III - concepção, instalação e manutenção de infraestrutura de redes locais, Local Area Network (LAN) e fornecimento de Links de comunicação, cabendo à PRODAM efetuar a configuração da conexão e interligação dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal à rede privada de comunicação de dados, Wide Area Network (WAN);

IV - consultoria, assessoria, auditoria e prospecção tecnológica em tecnologia da informação e comunicação;

V - capacitação em tecnologia da informação e comunicação;

VI - tratamento de dados e informações;

VII - aquisição, locação, manutenção de softwares e sistemas departamentais;

VIII - aquisição, locação e manutenção de equipamentos, componentes, acessórios, periféricos e suprimentos;

IX - aquisição de software básico e de licença de uso;

X - serviços de impressão de grande volume;

XI - serviços de impressão departamental;

XII - serviços de digitação;

XIII - serviços de digitalização de documentos;

XIV - serviços de desenvolvimento, relativos à manutenção, implementação e evolução de sistemas departamentais;

XV - concepção, aquisição ou locação, desenvolvimento, implantação de novos sistemas ou tecnologias corporativas, estruturantes, estratégicas e departamentais;

XVI - fábrica de software para desenvolvimento e manutenção de sistemas e soluções;

XVII - realização de auditoria de desempenho de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação de terceiros contratados.

§ 1º A contratação com terceiros dos serviços referidos nos incisos I, II, IV, XIII e XVII do "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada e previamente autorizada pelo Órgão Central do Sistema Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 2º A PRODAM atuará como interveniente no ateste dos serviços previstos nos incisos III e X do "caput" deste artigo, quando ocorrer sua contratação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta com terceiros.

§ 3º A contratação com terceiros dos serviços referidos no inciso XII do "caput" deste artigo, quando se tratar de sistemas considerados corporativos, estruturantes e estratégicos, deverá ter a PRODAM como interveniente, cabendo a esta efetuar o ateste de recebimento dos serviços.

§ 4º A contratação com terceiros dos serviços referidos nos incisos XV e XVI do "caput" deste artigo, quando se tratar de sistemas considerados corporativos, estruturantes e estratégicos, deverá ter autorização do Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação – CMTIC e a PRODAM como interveniente, cabendo a esta efetuar o teste dos produtos e o ateste de recebimento destes, para garantir a compatibilização no ambiente corporativo de tecnologia da informação e comunicação.

Das Licitações e Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Art. 5º A PRODAM, em relação aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por solicitação do Órgão Central do Sistema Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação ou determinação do Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação – CMTIC, procederá:

I - à elaboração da especificação técnica, do termo de referência para aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, incluindo a elaboração da especificação técnica, do termo de referência, do edital e da pesquisa de preços;

II - às licitações e registros de preços para aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, incluindo a elaboração da especificação técnica, do termo de referência, do edital e da pesquisa de preços;

III - à auditoria de desempenho e dos níveis de qualidade dos bens adquiridos e serviços contratados, salvo quando contratados com a própria PRODAM.

Parágrafo único. O Órgão Central, mediante solicitação, poderá autorizar a execução direta das atividades previstas nos incisos I e II do "caput" deste artigo pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, com base na capacidade técnica do solicitante.

Art. 6º São objetos das aquisições de bens e contratações de serviços de tecnologia da informação e comunicação tratados no artigo 5º deste decreto:

I - o atendimento e suporte, incluindo a supervisão do help desk de atendimento;

II - a concepção, instalação e manutenção de infraestrutura de redes locais, Local Area Network (LAN), fornecimento de Links e equipamentos de comunicação para interligação dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal à rede privada de comunicação de dados da administração municipal, Wide Area Network (WAN);

III - aquisição ou licença de uso de softwares aplicativos e básicos;

IV - serviços de impressão departamental e de grande volume;

V - serviços de telecomunicações e Links;

VI - serviços de operacionalização ou implementação de sistemas e digitação;

VII - fábrica de software para desenvolvimento e manutenção de sistemas;

VIII - serviços de digitalização de documentos.

Art. 7º O Órgão Central do Sistema Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação poderá requisitar técnicos da Administração Pública Municipal, bem como contratar especialistas para elaborar pareceres que subsidiem a análise técnica

das aquisições de bens e contratações de serviços de tecnologia da informação e comunicação com terceiros.

Art. 8º Na aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação com terceiros, os órgãos e entidades deverão aderir às Atas de Registro de Preços da Administração Pública Municipal, na forma do Decreto nº 44.279, de 24 de dezembro de 2003, e legislação subsequente, bem como deste decreto.

Art. 9º As aquisições de bens e as contratações de serviços de tecnologia da informação e comunicação não previstas neste decreto deverão ser previamente autorizadas pelo Órgão Central.

Art. 10. O prazo para a elaboração e entrega dos Planos Diretores Setoriais de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDSTICs do exercício de 2014, previsto no § 2º do artigo 3º do Decreto nº 54.785, de 2014, fica renovado até 30 de junho de 2014, quando também deverão ser entregues os PDSTICs para o exercício de 2015.

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 4 de abril de 2014, 461º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO
LEDA MARIA PAULANI, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 4 de abril de 2014.

DECRETO Nº 55.006, DE 4 DE ABRIL DE 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 50.706,48 de acordo com a Lei nº 15.950/13.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 15.950/13, de 30 de dezembro de 2013, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria e dos Fundos,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 50.706,48 (cinquenta mil e setecentos e seis reais e quarenta e oito centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
19.10.27.813.3017.4501	Eventos de Esporte, Lazer e Recreação	
33909200.00	Despesas de Exercícios Anteriores	37.156,74
79.10.14.122.3024.2100	Administração da Unidade	
33909200.00	Despesas de Exercícios Anteriores	2.957,95
84.10.10.303.3003.4106	Operação e Manutenção da Assistência Farmacêutica	
33909200.02	Despesas de Exercícios Anteriores	6.091,79
84.25.10.301.3003.4101	Operação e Manutenção de Unidades de Saúde - Básicas e de Especialidades	
33909200.00	Despesas de Exercícios Anteriores	4.500,00
		50.706,48

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:

CODIGO	NOME	VALOR
19.10.27.813.3017.4501	Eventos de Esporte, Lazer e Recreação	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	37.156,74
79.10.14.122.3024.2100	Administração da Unidade	
33904700.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.957,95
84.10.10.303.3003.4106	Operação e Manutenção da Assistência Farmacêutica	
33903600.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	610,08
33903900.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.481,71
84.25.10.301.3003.4101	Operação e Manutenção de Unidades de Saúde - Básicas e de Especialidades	
33904700.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	4.500,00
		50.706,48

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 4 de abril de 2014, 461º da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

MARCOS DE BARROS CRUZ, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico

LEDA MARIA PAULANI, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

LUIS FERNANDO MASSONETTO, Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

CELSO DO CARMO JATENE, Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

DENISE MOTTA DAU, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres

JOSÉ DE FILIPPI JUNIOR, Secretário Municipal da Saúde

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 4 de abril de 2014.

DECRETO Nº 55.007, DE 4 DE ABRIL DE 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 200.000,00 de acordo com a Lei nº 15.950/13.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 15.950/13, de 30 de dezembro de 2013, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
11.20.04.126.3024.2171	Manutenção de Sistemas de Informação e Comunicação	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00
		200.000,00

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:

CODIGO	NOME	VALOR
11.20.04.122.3024.2100	Administração da Unidade	
33903500.00	Serviços de Consultoria	200.000,00
		200.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 4 de abril de 2014, 461º da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

MARCOS DE BARROS CRUZ, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico

LEDA MARIA PAULANI, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

LUIS FERNANDO MASSONETTO, Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 4 de abril de 2014.

PORTARIAS

PORTARIA 162, DE 4 DE ABRIL DE 2014

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, e a partir de 01.04.2014, o senhor WALDIR JOSÉ SCHIAVON JUNIOR, RF 759.354.6, do cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CHG, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Subprefeito, da Subprefeitura Cidade Tiradentes, constante das Leis 13.399/02 e 13.682/03.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 4 de abril de 2014, 461º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

DESPACHOS DO PREFEITO

DESPACHOS DO PREFEITO

2014-0.084.679-6 - Mário Vinicius Claussen Spinelli, RF 807.299.0 - Pedido de afastamento para participar de evento em Brasília, DF, no dia 09/04/2014 - I - Em face das informações constantes no presente processo, **AUTORIZO**, com fundamento no Decreto 48.742/07, o afastamento do Senhor MÁRIO VINICIUS CLAUSSEN SPINELLI, RF 807.299.0, Controlador Geral do Município, no dia 09 de março de 2014, para, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo que titulariza e com ônus para a Municipalidade de São Paulo, empreender viagem à Brasília, DF, para participar, a convite do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, de evento no qual será agraciado com o "Diploma de Mérito COAF", por reconhecimento de sua relevante contribuição para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no Brasil, nos termos das informações de fls. 02/03.

II - Na conformidade do que dispôs o Decreto 48.744/2007 e na conformidade da Portaria SF 54/2014, CONCEDO, onerando a dotação orçamentária da Controladoria Geral do Município, 01 diária no valor de R\$598,67, para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno.

2014-0.082.038-0 - Secretaria Municipal de Cultura – Afastamento do Secretário Municipal de Cultura para empreender viagem a Buenos Aires, Argentina – Em face dos elementos de convicção constantes do presente processo administrativo, em especial a manifestação de fls. 22, **TORNO SEM EFEITO** os itens I e II do despacho proferido a fls. 13 do processo 2014-0.082.038-0, publicado no DOC de 28.3.14, pelo qual foi autorizado o afastamento do Senhor JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA, RF 807.136.5, Secretário Municipal de Cultura, no período de 2 a 3 de abril de 2014, em face do cancelamento do evento em assunto, permanecendo mantidas e inalteradas as demais disposições do referido despacho que não colidirem com o presente.

2013-0.375.525-0 - Igreja Cristo Salva – Ministério Tio Cássio. - Cancelamento de multa. Recurso. - I – À vista dos elementos que instruem o presente processo, em especial as manifestações da SP-VM (fls. 06/09), do Sr. Assessor Técnico da Secretaria do Governo Municipal (fls. 10/11) e da Assessoria Jurídica deste Gabinete (fls. 12/13), as quais adoto como razão de decidir, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto por Igreja Cristo Salva – Ministério Tio Cássio, com fundamento no art. 208 da Lei 13.885/04, mantendo, conseqüentemente, do Auto de Multa 10-326.246-6. - II – Declaro encerrada a instância administrativa.

2013-0.031.781-3 - SOCIEDADE HOSPITAL SAMARITANO (Adv.: Thiago Lopes Ferraz Donnini – OAB/SP 235.247 e Mariana Kiefer Kruchin – OAB/SP 249.209) - Recurso. Glosa no pagamento referente aos meses de fevereiro e março de 2013. Termo de Convênio 001/AHM/2010 - I - Em face dos elementos que instruem o presente, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica de SGM, às fls. 583/588, **NÃO CONHEÇO** do recurso hierárquico impróprio interposto por SOCIEDADE HOSPITAL

SAMARITANO, por falta de amparo legal e principalmente, em razão da autonomia administrativa, financeira e patrimonial de que gozam as autarquias. - II – A instância administrativa encontra-se encerrada.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 04/04/14

DESPACHOS DO PREFEITO

Of. 123/2014/SMDU.G - SCE 9898/2014 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

ONDE SE LÊ:

onerando a dotação orçamentária da Secretaria Executiva de Comunicação.....

LEIA-SE:

onerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.....

2014-0.089.713-7 – Secretaria Executiva de Comunicação.....

ONDE SE LÊ:

onerando a dotação orçamentária da Secretaria do Governo Municipal.....

LEIA-SE:

onerando a dotação orçamentária da Secretaria Executiva de Comunicação.....

SECRETARIAS

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA 504, DE 4 DE ABRIL DE 2014

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 53.692, de 8.1.2013,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, e a partir de 01/04/2014, a senhora MARIA NINFA DE BRITO, RF 301.465.7, do cargo de Supervisor Técnico I, Ref. DAS-11, do Núcleo de Operação, da Coordenadoria de Gestão de Benefícios, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, constante do Decreto 54.073/13.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 4 de abril de 2014.

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

TÍTULO DE NOMEAÇÃO 258, DE 4 DE ABRIL DE 2014

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 53.692, de 8.1.2013,

RESOLVE:

Nomear o senhor RENATO SOUSA FELIX, RF 793.930.2, para exercer o cargo de Coordenador de Projetos, Ref. DAS-10, do Núcleo de Esporte e Lazer, do Centro Educacional Unificado Capão Redondo – Professor e Doutor Celso Seixas Ribeiro Bastos, da Diretoria Regional de Educação de Campo Limpo, da Secretaria Municipal de Educação.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 4 de abril de 2014.

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

DESPACHO DO SECRETÁRIO

2014-0.083.736-3 – SGM/GABINETE DO SECRETÁRIO - Adiantamento - Viagem Temporária de Servidor no Interesse da Administração – 1. Em face ao esclarecimento prestado em folhas 24 do presente processo, **AUTORIZO**, observadas as formalidades legais e cauteladas de estilo, a emissão de Notas de Empenho e Liquidação, no valor estimado de R\$ 1.239,51, referentes ao complemento do valor das diárias anteriormente arbitradas, onerando a dotação orçamentária 11.20.04.122.3

024.2.100.3.3.90.14.00.00, em nome de MARCELO ALMEIDA CUNHA COSTA, registro funcional 807.712.6, CPF. 010.938.814-37, para atender despesas com diárias no período de 04 a 09 de abril de 2014, para empreender viagem a cidade de Medellín – Colômbia, com a finalidade de acompanhar o Senhor Prefeito no Fórum Urbano Mundial, bem como em outras reuniões e encontros a serem mantidos em paralelo ao Fórum, no período de 07 a 09 de abril do corrente; com fundamento no artigo 2º,

inciso VI da Lei 10.513 de 11 de maio de 1988, artigo 1º, 6º § 3º, 9º e 15 § único do Decreto 48.592 de 06 de agosto de 2007, Decreto 23.639 de 25 de março de 1987, Decreto 48.744 de 20 de setembro de 2007, Decreto 53.179 de 04 de junho de 2012, Portaria SF 151 de 01 de novembro de 2012. – 2. O artigo 19 do Decreto 48.592 de 06 de agosto de 2007, determina que o servidor responsável pelo adiantamento que não prestar contas ou não providenciar a sua regularização nos prazos fixados pela legislação ficará sujeito à aplicação de medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 4 de abril de 2014.

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

DESPACHO DO SECRETÁRIO

2014-0.083.736-3 – SGM/GABINETE DO SECRETÁRIO - Adiantamento - Viagem Temporária de Servidor no Interesse da Administração – 1. Em face ao esclarecimento prestado em folhas 24 do presente processo, **AUTORIZO**, observadas as formalidades legais e cauteladas de estilo, a emissão de Notas de Empenho e Liquidação, no valor estimado de R\$ 1.239,51, referentes ao complemento do valor das diárias anteriormente arbitradas, onerando a dotação orçamentária 11.20.04.122.3

024.2.100.3.3.90.14.00.00, em nome de MARCELO ALMEIDA CUNHA COSTA, registro funcional 807.712.6, CPF. 010.938.814-37, para atender despesas com diárias no período de 04 a 09 de abril de 2014, para empreender viagem a cidade de Medellín – Colômbia, com a finalidade de acompanhar o Senhor Prefeito no Fórum Urbano Mundial, bem como em outras reuniões e encontros a serem mantidos em paralelo ao Fórum, no período de 07 a 09 de abril do corrente; com fundamento no artigo 2º,

inciso VI da Lei 10.513 de 11 de maio de 1988, artigo 1º, 6º § 3º, 9º e 15 § único do Decreto 48.592 de 06 de agosto de 2007, Decreto 23.639 de 25 de março de 1987, Decreto 48.744 de 20 de setembro de 2007, Decreto 53.179 de 04 de junho de 2012, Portaria SF 151 de 01 de novembro de 2012. – 2. O artigo 19 do Decreto 48.592 de 06 de agosto de 2007, determina que o servidor responsável pelo adiantamento que não prestar contas ou não providenciar a sua regularização nos prazos fixados pela legislação ficará sujeito à aplicação de medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 4 de abril de 2014.

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

2014-0.082.334-6 - Secretaria Municipal de Relações Governamentais - Contratação de serviços de produção, execução e fiscalização de eventos, com o fornecimento de infraestrutura constituída por equipamentos, serviços e produtos, contratação

Indicadores Econômicos Municipais	
(Válidos para o exercício de 2014)	
1) TRIBUTOS LANÇADOS EM UFIR, EXCETO IPTU	
- Multiplique a quantidade de UFIR (extinta pela Medida Provisória n.º 1973-67, de 26/10/00) por . . .	R\$ 2,5557
2) TRIBUTOS LANÇADOS EM UFM, EXCETO IPTU	
- Multiplique a quantidade de UFM (extinta desde 01/01/96) correspondente por.	R\$ 121,80
3) IPTU LANÇADO EM UFIR	
- Multiplique a quantidade de UFIR (extinta pela Medida Provisória 1973-67, de 26/10/00) por.	R\$ 1,